



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**



**FUNDO SOBERANO DO BRASIL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
DO EXERCÍCIO DE 2011**

Brasília – Maio/2012



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**



**FUNDO SOBERANO DO BRASIL**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do Órgão de Controle Interno constantes da Portaria nº 2.546/2010.

Brasília – Maio/2012

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....	3
LISTA DE QUADROS .....	4
1. Introdução .....	5
2. Identificação da Unidade Jurisdicionada .....	6
3. Informações sobre a Gestão Orçamentária .....	7
3.1 Responsabilidades Institucionais .....	7
3.1.1 Competência .....	7
3.1.2 Objetivos Estratégicos .....	7
3.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais .....	7
3.3 Programas do Governo sob a Responsabilidade da Unidade .....	9
3.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro .....	9
3.4.1 Programação Orçamentária das Despesas .....	9
3.4.2 Indicadores Institucionais .....	11
4. Informações sobre recursos humanos da unidade. ....	12
5. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas. ....	13
6. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ .....	12
7. Informações sobre as providências adotadas para atender relatórios de auditoria .....	14
8. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.....	14
8.1 Operações efetuadas em 2011 .....	14
9. Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.....	17
10. Demonstrações contábeis previstas na Lei no 6.404/76.....	15

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

BB DTVM	– BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
BCB	– Banco Central do Brasil
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDFSB	– Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil
CGU	– Controladoria Geral da União
COFSB	– Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil
CVM	– Comissão de Valores Mobiliários
DOU	– Diário Oficial da União
FFIE	– Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FSB	– Fundo Soberano do Brasil
LIBOR	– London Interbank Offered Rate
LOA	– Lei Orçamentária Anual
MP	– Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SIAFI	– Sistema Integrado de Administração Financeira
STN	– Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	– Tribunal de Contas da União
TJLP	– Taxa de Juros de Longo Prazo

## LISTA DE QUADROS

Quadro I – Itens da Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU 108/2010 que não se aplicam ao FSB .....	5
Quadro II – Itens da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU 108/2010 que não se aplicam ao FSB .....	6
Quadro III - Identificação do FSB – Relatório de Gestão Individual .....	6
Quadro IV - Identificação das Unidades Orçamentárias.....	9
Quadro V - Programação de Despesas Correntes .....	9
Quadro VI - Programação de Despesas Capital .....	10
Quadro VII - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	10
Quadro VIII – Encargos debitados ao FFIE.....	11
Quadro IX – Rentabilidade mensal do FFIE.....	12
Quadro X – Estrutura de controles internos do FSB .....	13
Quadro XI – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	15
Quadro XII – Proventos Reinvestidos em Operações Compromissadas .....	16
Quadro XIII – Declaração do Contador .....	17

## 1. Introdução

O presente Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresenta à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, e foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno constantes da Portaria CGU nº 2.546/2010.

O Fundo Soberano do Brasil (FSB), criado em dezembro de 2008, encontra-se em fase de estruturação de procedimentos, processos e rotinas operacionais. Durante o exercício de 2011 foram obtidos alguns avanços, em especial quanto à estruturação do Fundo para a realização de investimentos no exterior e na melhoria dos processos e capacitação dos servidores do FSB.

No tocante à realização de investimentos no exterior, destaca-se a celebração de convênio entre a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Banco Central do Brasil (BCB) com vistas à operacionalização de leilões de compra e venda de moeda estrangeira em nome do FSB. Tal instrumento permitirá que o FSB realize as operações utilizando os sistemas e a estrutura de leilões do BCB já consolidados. É importante ressaltar que tal convênio não envolve transferência de recursos financeiros entre a STN e o BCB.

Do ponto de vista da melhoria dos processos foi iniciado, em conjunto com a Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional (CODIN) da STN, o mapeamento dos processos de trabalho do FSB, com o objetivo de gerar maior racionalidade. Ao final do mapeamento, o detalhamento de cada um dos processos auxiliará a Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil (COFSB) da STN, a avaliar as necessidades de sistemas de informação e de recursos humanos para a área.

Para a capacitação dos servidores foram realizados cursos de análise fundamentalista de empresas e estágios nas mesas de operações da Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP) da STN e da BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (BB DTVM). Ainda, ocorreu a participação de servidor no curso “*Financial Markets and New Financial Instruments*” ministrado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e estágio da contadora do Fundo na Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União (CCONT) da STN.

Os itens da Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, que não se aplicam à natureza do FSB, ou que não houve ocorrência estão apresentados no Quadro I.

**Quadro I – Itens da Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU 108/2010 que não se aplicam ao FSB**

<b>Item</b>	<b>Razão porque não se aplica</b>
3	não ocorreu no período
4	não ocorreu no período
6	não ocorreu no período
7	não ocorreu no período
10	não ocorreu no período
11	não se aplica à natureza jurídica da UJ. Não há patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ
12	não ocorreu no período. A gestão de TI é feita pela STN
13	não se aplica à natureza jurídica da UJ, pois não possui cartões de pagamento do governo federal
14	não se aplica à natureza jurídica da UJ
16	não ocorreu no período

Os itens da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, que não se aplicam à natureza do FSB, ou que não houve ocorrência estão apresentados no Quadro II.

**Quadro II – Itens da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU 108/2010 que não se aplicam ao FSB**

Item	Razão porque não se aplica
3	não se aplica à natureza jurídica da UJ por ser lei referente às sociedades anônimas
4	não se aplica à natureza jurídica da UJ
5	não se aplica à natureza jurídica da UJ, pois não há parecer de auditoria independente

**2. Identificação da Unidade Jurisdicionada**

**Quadro III - Identificação do FSB – Relatório de Gestão Individual**

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Fazenda			<b>Código SIORG:</b> 105788*
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> Fundo Soberano do Brasil			
<b>Denominação abreviada:</b> FSB			
<b>Código SIORG:</b> 105788*	<b>Código LOA:</b> 71902	<b>Código SIAFI:</b> 170474	
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b> 8411-6/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 3412-2145	(61) 3412-3198	
<b>E-mail:</b> fsb@fazenda.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.tesouro.fazenda.gov.br/fundo_soberano/index.asp">http://www.tesouro.fazenda.gov.br/fundo_soberano/index.asp</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Edifício Anexo do Ministério da Fazenda, 1º Andar, Sala 102 – CEP 70.048-900 – Brasília – DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada**			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.887/2008 - Cria o Fundo Soberano do Brasil, dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações e dá outras providências.			
Lei nº 12.409/2011- Altera a Lei nº 11.887/2008 e dá outras providências.			
Decreto nº 6.713/2008 - Autoriza a integralização de cotas do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE) e dá outras providências.			
Decreto nº 7.055/2009 - Regulamenta o Fundo Soberano do Brasil e dá outras providências.			
Decreto nº 7.113/2010 - Institui o Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil (CDFSB) e dá outras providências.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução nº 1 do CDFSB – Aprova o Regimento Interno do CDFSB, ao qual se refere o inciso XI do art. 3º do Decreto nº 7.113, de 19 de fevereiro de 2009.			
Resolução nº 2 do CDFSB – Aprova a aplicação de recursos para a destinação a que se refere o art. 2º da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008.			
Resolução nº 3 do CDFSB – Aprova os Relatórios de Administração e as Demonstrações Financeiras do FSB referentes ao 2º Semestre de 2009 e ao 1º Semestre de 2010, de que tratam os arts. 7º e 8º do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009.			
Resolução nº 4 do CDFSB – Aprova a aplicação de recursos para a destinação a que se refere o art. 2º da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008.			
Resolução nº 5 do CDFSB – Aprova os Relatórios de Administração e as Demonstrações Financeiras do FSB referentes ao 2º Semestre de 2010.			
Resolução nº 6 do CDFSB – Aprova os Relatórios de Administração e as Demonstrações Financeiras do FSB referentes ao 1º Semestre de 2011.			
Resolução nº 7 do CDFSB – Aprova os Relatórios de Administração e as Demonstrações Financeiras do FSB referentes ao 2º Semestre de 2011.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Relatório de Administração (semestral)			
Relatório de Desempenho (trimestral)			

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
170.474	Fundo Soberano do Brasil
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170.474	00001 – Tesouro Nacional

\* O Fundo Soberano do Brasil não possui código SIORG. Esse código refere-se à Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil (COFSB).

\*\* Toda a legislação pode ser encontrada no sítio do FSB na internet em [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/fundo\\_soberano/index.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/fundo_soberano/index.asp).

### 3. Informações sobre a Gestão Orçamentária

#### 3.1 Responsabilidades Institucionais

##### 3.1.1 Competência

O Fundo Soberano do Brasil, fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda, criado pela Lei nº 11.887/2008, tem como finalidades promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior.

Ainda segundo a Lei nº 11.887/2008, os recursos do FSB serão investidos sob as seguintes formas:

I - aquisição de ativos financeiros externos:

- a) mediante aplicação em depósitos especiais remunerados em instituição financeira federal; ou
- b) diretamente, pelo Ministério da Fazenda; ou

II - por meio da integralização de cotas do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização – FFIE.

De acordo com o Decreto nº 7.055/2009 cabe à STN do Ministério da Fazenda:

I - realizar operações, praticar os atos que se relacionem com o objeto do FSB e exercer os direitos inerentes aos bens e direitos integrantes do Fundo, podendo adquirir e alienar títulos dele integrantes, observados os dispositivos legais e estatutários e determinações do CDFSB; e

II - assessorar o CDFSB e o Ministro de Estado da Fazenda nos assuntos relacionados à operação do FSB, prestando-lhes todas as informações solicitadas.

Por fim, de acordo com o Decreto nº 7.482/2011 a área responsável pelo FSB no âmbito da STN é a Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil.

##### 3.1.2 Objetivos Estratégicos

O Decreto nº 7.055, de 2009, delegou à STN a gestão do FSB. Tendo isso em vista, o planejamento estratégico da STN para 2011 contemplou um objetivo estratégico relacionado à COFSB, responsável pela gestão executiva do FSB: “Gerir ativos brasileiros, em especial no exterior, por



meio da consolidação do Fundo Soberano”. Esse objetivo vem sendo atendido por meio do avanço na consolidação dos processos de trabalho da COFSB, bem como pela gestão dos recursos alocados no FFIE.

Ainda, como forma de aprimorar a gestão do FSB, está em curso um processo de estruturação da COFSB, que conta com o apoio da área institucional da STN no âmbito do objetivo “Melhorar o desempenho e eficiência organizacional por meio da gestão de processos, do aperfeiçoamento da estrutura, da gestão de dados e informações”.

### **3.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais**

Quanto ao objetivo estratégico de “Gerir ativos brasileiros, em especial no exterior, por meio da consolidação do Fundo Soberano” esse foi composto por três macroações apresentadas a seguir, juntamente com as atividades relacionadas, desenvolvidas no decorrer do ano.

*a. Submeter ao Secretário do TN propostas para aplicação de recursos do FSB.*

Durante o ano de 2011 a COFSB iniciou estudos preliminares que visavam subsidiar a elaboração do plano de investimentos do FSB, também contemplados no planejamento para 2012. Tendo em vista a conjuntura internacional desfavorável, bem como a necessidade de que algumas definições estratégicas em relação as diretrizes gerais de aplicação dos recursos sejam finalizadas, o CDFSB não deliberou por alterar o portfólio do Fundo.

*b. Realizar estudo da correlação dos ciclos econômicos ao processo de alocação de investimentos do FSB.*

Foi realizada parceria com a FGV para estudar a incorporação dos ciclos econômicos ao processo de alocação do FSB. As primeiras etapas desse estudo foram concluídas dentro do prazo. Para 2012 deverão ser conduzidas as etapas subsequentes do projeto que tem sua conclusão prevista para o final desse ano.

*c. Desenvolver metodologia de gestão de ativos do Fundo Soberano - etapa I.*

Durante o exercício de 2011 foram realizadas visitas técnicas e estágios dos servidores da COFSB à BB DTVM com o objetivo de compreender o processo de gestão, bem como os modelos de risco utilizados pela administradora do FFIE. Ademais, ocorreram treinamentos na área de gestão de recursos, com destaque para o curso de análise fundamentalista de empresas, apresentado por gestores da BB DTVM, além de treinamento na mesa de operações da área da dívida pública da STN. Ainda, ocorreu a participação de servidor no curso “*Financial Markets and New Financial Instruments*” ministrado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e estágio da contadora do Fundo na Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União (CCONT) da STN.

Ademais, as metodologias de gestão de ativos foram aprimoradas pelo acompanhamento mais detalhado dos indicadores de risco, como o Value at Risk (VaR), apresentados pela BB DTVM. A esse respeito cabe recordar que o trabalho de consultoria realizado em 2010 forneceu o embasamento técnico para o início das discussões práticas de modelagem de risco, de gestão de ativos, dentre outros temas.

O objetivo estratégico “Melhorar o desempenho e eficiência organizacional por meio da gestão de processos, do aperfeiçoamento da estrutura, da gestão de dados e informações” possuía uma meta conjunta com a CODIN da STN.

- a. *Estruturar a COFSB para a realização de operações com moeda estrangeira, envolvendo Banco Central e Sistema Financeiro.*

Durante o exercício de 2011 houve treinamento específico sobre o mercado de câmbio para servidores da COFSB. Além disso, foi celebrado convênio com o Banco Central do Brasil com vistas a compra e venda de moeda estrangeira em nome do FSB, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 19 de janeiro de 2011, e os procedimentos para a realização das operações foram documentados.

Por fim, dando seguimento à estruturação da COFSB, foi realizada a primeira etapa do mapeamento dos procedimentos operacionais, com o apoio da área institucional da STN. Com esse mapeamento, as atribuições de cada área foram definidas e foi enviada proposta de atualização do Regimento Interno da STN.

### 3.3 Programas do Governo sob a Responsabilidade da Unidade

Não houve programas sob a responsabilidade do Fundo Soberano do Brasil.

### 3.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro

#### Quadro IV - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
EFU – FUNDO SOBERANO DO BRASIL	71902	170474

#### 3.4.1 Programação Orçamentária das Despesas

#### Quadro V - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO						10.000.000	10.000.000
	PLOA						7.727.072	10.000.000
	LOA						7.727.072	10.000.000
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total						7.727.072	10.000.000	

## Quadro VI - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO				1.000	1.000		
	PLOA				773	1.000		
	LOA				773	1.000		
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
<b>Total</b>				773	1.000			

## Quadro VII - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		10.000.000	10.000.000	1.000	1.000		
	PLOA		7.727.072	10.000.000	773	1.000		
	LOA		7.727.072	10.000.000	773	1.000		
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais							
	Extraordinários							
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
<b>Total</b>		7.727.072	10.000.000	773	1.000			

### Análise Crítica:

Do ponto de vista orçamentário, a COFSB (UG 170474) é responsável pelas despesas referentes ao FSB.

De forma geral, os valores dispostos na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2011 foram cerca de 23% inferiores às dotações propostas pela Unidade Orçamentária do Fundo Soberano do Brasil, consignadas nas Ações Orçamentárias 00CD – Operacionalização do Fundo Soberano do Brasil (despesas correntes) e 00CE – Integralização de cotas do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização – FFIE pelo Fundo Soberano do Brasil (despesas de capital).. No entanto, em razão da totalidade dos recursos do FSB estarem alocados no FFIE e da inexistência de novas integralizações de cotas desse Fundo ao longo do exercício, não ocorreu execução de despesas em 2011 em

nenhuma das citadas Ações Orçamentárias, o que afastou a necessidade de abertura de créditos suplementares ou especiais, em favor da UO do FSB.

O FSB não possuiu encargos debitados diretamente a sua conta. Os encargos existentes correspondem aos encargos previstos no regulamento do FFIE e Instruções CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004 e 438 de 12 de julho de 2006. Todos os custos incorridos pelo FFIE impactam indiretamente o patrimônio do FSB, por meio da variação do valor de cada cota. O Quadro VIII detalha os valores por tipo de despesa por semestre, incorridos pelo FFIE.

### Quadro VIII – Encargos debitados ao FFIE

Valores em R\$1,00

Itens de despesa	1º Sem. 2011	% no PL Médio do 1º Sem. 2011	2º Sem. 2011	% no PL Médio do 2º Sem. 2011
Total das despesas	4.649.712	0,025%	4.059.924	0,026%
Taxa Administração	4.490.994	0,025%	3.899.401	0,025%
Custódia TVM	133.015	< 0,001%	133.377	< 0,001%
Taxa CVM	21.591	< 0,001%	21.429	< 0,001%
Auditoria Independente	1.686	< 0,001%	3.114	< 0,001%
Taxa ANBID	2.276	< 0,001%	2.412	< 0,001%

Fonte: BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM

### 3.4.2 Indicadores Institucionais

Os indicadores estratégicos do Fundo Soberano do Brasil serão apresentados no âmbito do planejamento de investimentos para o ano de 2013. Por sua vez, o Decreto nº 7.055/2009 estabelece que:

*“Art. 3º As aplicações do FSB deverão atender às suas finalidades, previstas no art. 1º da Lei nº 11.887, de 2008, observado o seguinte:*

*I - as aplicações em ativos financeiros no exterior deverão ter rentabilidade mínima equivalente à taxa Libor (London Interbank Offered Rate) de seis meses;*

*II - as aplicações em ativos financeiros no Brasil deverão ter rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, fixada pelo Conselho Monetário Nacional;”*

Para a definição de indicadores de referência a serem utilizados como instrumento de acompanhamento e avaliação da performance do FSB, estão sendo realizados estudos e discussões entre a STN, o BCB e o MP para a definição de taxas referenciais de rentabilidade a serem contempladas no planejamento de investimentos de 2013, em linha com as melhores práticas de gestão de fundos soberanos e com as recomendações da Controladoria Geral da União (CGU).

É importante ressaltar que a avaliação dos resultados deve ser feita tendo em vista o horizonte de longo prazo do FSB, bem como seu caráter estratégico, não devendo cada operação ser analisada de forma pontual. A experiência internacional mostra que um prazo de dez anos é adequado para esse tipo de avaliação, sendo que fundos soberanos como os do Alasca, da Austrália e da China (*China Investment Corporation*) adotam esse período. Assim, é possível que ocorram exercícios em que a rentabilidade do Fundo seja inferior à esperada, devendo, entretanto, ser avaliado no contexto de uma estratégia de atuação de longo prazo.

Em consonância com a determinação do art. 3º do Decreto nº 7.055/2009, foi realizado comparativo entre o Patrimônio Líquido do FFIE em 31/12/2010, capitalizado pela TJLP, e seu Patrimônio Líquido efetivo em 31/12/2011, conforme demonstra o Quadro IX. Cumpre destacar que tal resultado está relacionado às variações de preços das ações da Petrobras e do Banco do Brasil no período, decorrentes do cenário macroeconômico global adverso. Nada obstante, é importante frisar que as alocações de recursos do FSB, via FFIE, em participações acionárias de sociedades de economia mista de relevante interesse nacional são consideradas aplicações estratégicas e de longo prazo.

#### Quadro IX – Rentabilidade mensal do FFIE

Valores em R\$1,00

Data	TJLP			PL do FFIE capitalizado pela TJLP	FFIE		
	Taxa Anual	Taxa Mensal	Taxa Acum.		Taxa Mensal	Taxa Acum.	PL do FFIE
dez/10				18.763.738.978,76			18.763.738.978,76
jan/11	6,00%	0,49%	0,49%	18.855.072.427,03	-1,56%	-1,56%	18.471.010.442,05
fev/11	6,00%	0,49%	0,98%	18.946.850.445,49	6,24%	4,59%	19.624.108.802,61
mar/11	6,00%	0,49%	1,47%	19.039.075.198,08	0,48%	5,08%	19.717.399.870,59
abr/11	6,00%	0,49%	1,96%	19.131.748.859,33	-8,67%	-4,03%	18.007.888.817,93
mai/11	6,00%	0,49%	2,46%	19.224.873.614,30	-4,89%	-8,72%	17.126.717.621,98
jun/11	6,00%	0,49%	2,96%	19.318.451.658,73	-1,31%	-9,92%	16.901.766.822,20
jul/11	6,00%	0,49%	3,46%	19.412.485.199,03	-1,12%	-10,94%	16.711.774.641,98
ago/11	6,00%	0,49%	3,96%	19.506.976.452,33	-8,00%	-18,06%	15.374.401.318,16
set/11	6,00%	0,49%	4,47%	19.601.927.646,59	-6,88%	-23,70%	14.316.697.738,84
out/11	6,00%	0,49%	4,98%	19.697.341.020,59	8,36%	-17,32%	15.512.963.097,64
nov/11	6,00%	0,49%	5,49%	19.793.218.824,01	3,22%	-14,66%	16.012.308.799,59
dez/11	6,00%	0,49%	6,00%	19.889.563.317,49	-2,91%	-17,15%	15.545.818.663,69

Fontes: BNDES (TJLP) e BB DTVM (FFIE)

#### 4. Informações sobre recursos humanos da unidade.

O Fundo Soberano do Brasil é gerido pela Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil e utiliza quadro da STN, tendo em vista a delegação estabelecida no Decreto nº 7.055/2009. A COFSB possuía, em dezembro de 2011, oito analistas, um técnico de finanças e controle, além de uma contadora. Ademais, a coordenação contava com duas recepcionistas e um estagiário.

O mapeamento dos processos da COFSB que está sendo realizado com o apoio da área institucional da STN tem como objetivo melhorar o conhecimento sobre o quantitativo ideal de servidores e sobre as necessidades de sistemas para que as atividades ocorram de forma eficaz. Atualmente as informações sobre os recursos humanos da COFSB estão disponíveis no Relatório de Gestão da Secretaria do Tesouro Nacional.

**5. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.**

Relativamente ao cumprimento do Item 8, Parte A, Anexo II, DN 108/2010, cabe informar que a Secretaria do Tesouro Nacional deu cumprimento ao inciso VII, art. 1º da Lei nº 8.730, de 10.11.1993, encaminhando a declaração de bens, com indicação das fontes de renda, de todos os servidores em exercício na Secretaria do Tesouro Nacional em 31.12.2011. Ressalta-se a possibilidade do agente público autorizar o acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física e as suas retificações presente no inciso I, art. 1º da Portaria MP/CGU nº 298, de 06.09.2007, não havendo necessidade de renovação anual da autorização.

**6. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ**

**Quadro X – Estrutura de controles internos do FSB**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			x		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam				x	

<b>Aspectos do sistema de controle interno</b>	<b>Avaliação</b>				
consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Considerações gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 7. Informações sobre as providências adotadas para atender relatórios de auditoria

No âmbito do Plano de Providências Permanente estabelecido entre a STN e a Controladoria Geral da União, em decorrência do processo de auditoria nº 201108907, foram realizados estudos e levantamento das melhores práticas internacionais, com seminários internos sobre os fundos soberanos dos seguintes países: Austrália, China, EUA/Alasca, Irlanda, Noruega e Singapura.

Durante o ano de 2012, com base nesses estudos, será elaborada, em conjunto com o BCB e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), proposta de Planejamento de Investimentos para 2013, que abordará as classes de ativos passíveis de investimento, diretrizes de risco, aspectos de governança, entre outros assuntos. Além disso, serão propostas taxas referenciais de rentabilidade específicas por classe de ativos para investimentos nacionais e internacionais.

É importante ressaltar que tanto o Relatório de Auditoria 201108907 da CGU como o Acórdão 2590/2012 do Tribunal de Contas da União (TCU), publicado no DOU em 18 de maio de 2012, atestaram a regularidade das contas do FSB, sem ressalvas.

**Quadro XI – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundo Soberano do Brasil			105788*
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	201108907	1.2.1.1 - Constatação: (002)	Ofício 27660/DEFAZII/DE/SFC /CGU-PR
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundo Soberano do Brasil			105788*
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Elaboração e publicação, pelo Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil, de planejamento de investimentos do FSB de forma a viabilizar o adequado gerenciamento das aplicações por parte dos gestores do Fundo, o monitoramento e a avaliação intertemporal dos investimentos pelos gestores, órgãos de controle, sociedade brasileira e comunidade internacional, a prestação de contas aos interessados e a delimitação da responsabilização dos agentes.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundo Soberano do Brasil			105788*
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
Foi acordado com o órgão de controle interno a elaboração e submissão ao CDFSB, até o final de 2012, do planejamento de investimentos do FSB. Até a data de publicação deste relatório as atividades contidas no Plano de Providências Permanente haviam ocorrido de maneira adequada.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
O trabalho de elaboração de proposta de planejamento de investimentos do FSB ocorreu, até o momento da publicação deste relatório, de forma adequada sendo realizada conjuntamente pelas áreas técnicas do Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Banco Central do Brasil, cujos ministros integram o CDFSB.			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
2	201108907	1.2.2.1 – Constatação: (003)	Ofício 27660/DEFAZII/DE/SFC /CGU-PR
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundo Soberano do Brasil			105788
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Utilização, no monitoramento e na avaliação do desempenho das aplicações dos recursos do FSB, de outras taxas de benchmark compatíveis com as classes de ativos integrantes da carteira do Fundo.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundo Soberano do Brasil			105788
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
O atendimento a esta Recomendação se dará no contexto da elaboração de proposta de planejamento de investimentos do Fundo Soberano do Brasil a ser submetida ao CDFSB até o final de 2012.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo</b>			



gestor
O planejamento de investimentos do FSB estabelecerá, entre outros aspectos, as classes de ativos passíveis de investimento no Brasil e no exterior. Tendo isso em vista, a proposta de planejamento contemplará referenciais de rentabilidade por classe de ativos.

\* O Fundo Soberano do Brasil não possui código SIORG. Esse código refere-se à Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil (COFSB).

## 8. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

### 8.1 Operações efetuadas em 2011

Durante o exercício de 2011, a totalidade dos recursos do FSB permaneceu integralmente aplicada em cotas do FFIE que, por sua vez, manteve a alocação em ações do Banco do Brasil, da Petrobras e em operações compromissadas junto ao BCB.

As ações constantes na carteira do FFIE renderam dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 545.795.982,95, que foram reinvestidos em operações compromissadas, conforme quadro a seguir.

#### Quadro XII – Proventos Reinvestidos em Operações Compromissadas

*Em R\$*

Empresa	Evento	Período	Data	Valor
Banco do Brasil	Dividendos	4T10	28/02/2011	20.386.262,67
	Dividendos	1T11	27/05/2011	9.810.096,79
	JCP	1T11	27/05/2011	15.815.914,87
	JCP	2T11	26/08/2011	16.650.346,30
	Dividendos	2T11	26/08/2011	13.006.341,57
	JCP	3T11	25/11/2011	17.386.311,28
	Dividendos	3T11	25/11/2011	7.867.829,16
<b>Total Banco do Brasil</b>				<b>100.923.102,64</b>
Petrobras	JCP	1T11	31/03/2011	77.516.495,27
	JCP	1T11	31/05/2011	101.130.457,00
	Dividendos	4T10	27/06/2011	63.965.014,04
	JCP	2T11	31/08/2011	101.130.457,00
	JCP	3T11	30/11/2011	101.130.457,00
<b>Total Petrobras</b>				<b>444.872.880,31</b>
<b>Total Geral</b>				<b>545.795.982,95</b>

Fonte: BB DTVM (balancetes do FFIE de janeiro a dezembro/11)

## 9. Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

### Quadro XIII – Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG :	
Fundo Soberano do Brasil		UG 170.474/ Órgão 71.902	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	22 de fevereiro de 2012
Contadora Responsável	Silvia Lenita Moeller	CRC nº	PR-050328/O1-T-DF

## 10. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64.



### MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS			EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	71902 - FUNDO SOBERANO DO BRASIL			2011	DEZ(FECHADO)
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA			EMISSAO	PAGINA
				16/02/2012	1
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
ATIVO NAO FINANCEIRO	15.545.818.663,69	18.763.738.978,76	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	15.545.818.663,69	18.763.738.978,76	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	15.545.818.663,69	18.763.738.978,76	PATRIMONIO LIQUIDO	15.545.818.663,69	18.763.738.978,76
INVESTIMENTOS	15.545.818.663,69	18.763.738.978,76	PATRIMONIO/CAPITAL	18.763.738.978,76	16.348.064.510,00
ATIVO REAL	15.545.818.663,69	18.763.738.978,76	PATRIMONIO	18.763.738.978,76	16.348.064.510,00
			RESULTADO DO PERIODO	-3.217.920.315,07	2.415.674.468,76
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	15.545.818.663,69	18.763.738.978,76
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-18.763.738.978,76	-16.348.064.510,00
ATIVO	15.545.818.663,69	18.763.738.978,76	PASSIVO	15.545.818.663,69	18.763.738.978,76



### MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS			EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	71902 - FUNDO SOBERANO DO BRASIL			2011	DEZ(FECHADO)
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA			EMISSAO	PAGINA
				16/02/2012	1
VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	2.942.000.492,99	2.415.674.468,76	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	6.159.920.808,06	0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.942.000.492,99	2.415.674.468,76	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	6.159.920.808,06	0,00
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	2.942.000.492,99	2.415.674.468,76	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	6.159.920.808,06	0,00
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	2.942.000.492,99	2.415.674.468,76	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	6.159.920.808,06	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL	3.217.920.315,07	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	2.415.674.468,76
DEFICIT	3.217.920.315,07	0,00	SUPERAVIT	0,00	2.415.674.468,76
VARIACOES ATIVAS	6.159.920.808,06	2.415.674.468,76	VARIACOES PASSIVAS	6.159.920.808,06	2.415.674.468,76